

## **II Encontro – Cidade do México (México) - 1991**

### **DECLARAÇÃO FINAL**

#### **Declaração do México**

De 12 a 15 de junho de 1991, teve lugar, na cidade do México, o II Encontro de Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. Nesta ocasião, o Foro reuniu 68 organizações e partidos políticos provenientes de 22 países que examinaram a situação e a perspectiva da América Latina e Caribe frente à reestruturação hegemônica internacional.

A ampliação do número de participantes da região se complementou com a assistência de 12 organizações e partidos políticos da Europa, Canadá e Estados Unidos. Com a organização deste Foro, celebrado por convite do Partido de la Revolución Democrática, do México, se dá cumprimento e continuidade às resoluções emanadas do I Encontro de Organizações e Partidos Políticos de Esquerda, realizado ano passado em São Paulo, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, no sentido de aglutinar a um maior número de forças políticas interessadas em discutir a atual problemática latino-americana e na busca de alternativas viáveis para enfrentar o objetivo das transformações que nossas realidades colocam.

O debate realizado neste II Encontro foi franco, aberto, democrático, plural e unitário, com a participação de um amplo leque de forças. Umas têm identidades nacionalistas, democráticas e populares, e várias outras levam estes conceitos até identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas com as transformações estruturais requeridas para o cumprimento dos objetivos das grandes majorias de nossos povos pela justiça social, a democracia e a liberação nacional.

No curso do II Encontro se analisaram e discutiram os impactos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise, produto da imposição dos chamados modelos neoliberais em nossa região. Os participantes intercambiaram opiniões acerca de distintos aspectos que se desprendem da transição democrática; a relação da democracia com a economia e a sociedade, sua vinculação com os direitos humanos, com a soberania e com a não intervenção.

O II Encontro examinou, deste modo, as estratégias democráticas e populares no plano econômico, no político, no social e no cultural, assim como as experiências regionais no âmbito da integração.

Aprovaram-se também diversas resoluções de solidariedade com as lutas dos povos latino-americanos e caribenhos em defesa da soberania e pela democracia, o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, considerou-se tarefa primordial de solidariedade a defesa da soberania de Cuba e os esforços para frustrar os planos do poder imperialista estadunidense contra a Revolução Cubana. Destacou-se a necessidade de defender as conquistas da Revolução Sandinista, ameaçadas depois da derrota eleitoral da FSLN, de apoiar os significativos avanços democráticos do povo haitiano, encarnadas no Governo do padre Aristide, de solidarizar-se com a luta da FMLN e demais forças progressistas de El Salvador na busca de uma sólida política negociada que erradique as causas da guerra, de apoiar a luta da URNG, da Guatemala, e sua proposta de uma solução política ao conflito armado sobre bases justas, de respaldar a luta pela saída das tropas norte-americanas do Panamá, de assumir a luta anti-colonial dos porto-riquenhos e dos demais povos das colônias do Caribe, de rechaçar a intervenção militar que, sob o pretexto da "guerra andina contra o narcotráfico", os EUA praticam na Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, e de condenar as fraudes eleitorais e todas as modalidades de repressão.

Da mesma forma, o II Encontro expressou seu apoio à reivindicação da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, seu respaldo à independência de Martinica e Guadalupe, sua adesão à campanha de solidariedade contra o cólera no Equador, denominada "um barco pela vida", e seu rechaço a todas as medidas de impunidade na América Latina frente aos crimes do militarismo e à violações dos direitos humanos em nosso continente, em particular, as relacionadas com os desaparecidos, assim como ao processo de mudanças e negociação política na Colômbia.

A década de 80, a chamada década perdida para a América Latina, foram anos de crise e reestruturação global da economia internacional, das relações entre as nações e das economias, assim como das relações políticas e sociais dentro de cada país.

Nesta década se produz o desmoronamento dos modelos autoritários do "socialismo real". Na América Latina desapareceram ditaduras militares em muitos países. Nestes e em outros, abriram-se novos espaços de participação política, muitas vezes em democracias restringidas, permitindo a gestação, em meio à crise, de novos movimentos sociais, de ampla expressão popular, lutando por reivindicações econômicas e sociais e pela democracia.

É no marco deste processo que surgem, em alguns países do continente, importantes partidos populares, assim como se fortalecem e adquirem maior base social muitas organizações que desenvolviam suas lutas desde décadas precedentes. O avanço destas forças se expresou, em alguns países da América Latina, na conquista de governos locais, regionais e nacionais.

Globalmente, as forças e movimentos populares, reivindicando ou não o socialismo em seus programas, impulsionaram em seu interior significativos processos de renovação política e orgânica – que deverão ser impulsionados – em crescente articulação com as lutas sociais.

Expressão deste processo de renovação é o crescente esforço de unidade, a crítica de concepções dogmáticas e burocráticas e o combate ao sectarismo.

A profunda reflexão que fazem as esquerdas e todas as forças democráticas latino-americanas, coloca a necessidade de oferecer à sociedade alternativas concretas na

perspectiva das classes trabalhadoras, as forças democráticas e os interesses nacionais, superando assim a simples crítica do sistema capitalista.

As políticas recessivas de inspiração neoliberal aprofundam a crise política e social de nossa região causada pelo capitalismo dependente. Ditas políticas vão destinadas a assegurar a transferência de recursos que a região realiza para cobrir a carga do serviço da dívida externa. Em razão de cumprir com o capital financeiro internacional, os governos latino-americanos aumentam a descapitalização de nossas economias e os níveis de exploração e miséria das maiorias. Assim, dita política privilegia os mecanismos de mercado, aparentemente livre, para enfrentar os problemas econômicos e a regulação e reestruturação de nossas economias, favorecendo as grandes empresas transnacionais e nacionais que a controlam, em detrimento dos interesses nacionais e populares.

A estratégia predominante se caracteriza pela reestruturação e a redução do papel do Estado na economia, sem colocar sua necessária transformação em função dos objetivos nacionais, democráticos, econômicos e sociais das maiorias. Promove a privatização e acentua a centralização do capital e o predomínio das forças transnacionais na economia, instaurando uma indiscriminada abertura externa e maiores níveis de exploração e opressão da força de trabalho com a redução dos ganhos e salários reais, a desproteção das condições trabalhistas e a diminuição dos direitos sindicais.

Enquanto a participação do Estado foi funcional às necessidades de acumulação do capital, não foi questionada sua participação. Hoje em dia, diante da necessidade de ampliar a fronteira de investimento do capital nacional e internacional, culpa-se o Estado pela crise econômica de nossos países, assim como de supostas "práticas socializantes" na economia, pelo que se coloca sua redução ou seu afinamento para assim apropriar-se das empresas estratégicas e prioritárias de alta rentabilidade que o Estado controlava. Tal situação de privatização relega os princípios de soberania e o cumprimento dos objetivos nacionais em torno dos crescimentos econômicos mais equilibrados e sustentados, já que passa a predominar o objetivo exclusivo da alta rentabilidade. Ele leva a acentuar os problemas existentes com a resultante vulnerabilidade de nossas economias aos fatores externos (maior investimento estrangeira direto, maiores créditos) para o financiamento dos desequilíbrios gerados.

Para ele, promoveu-se a transformação do aparato jurídico-institucional que rege as relações internacionais, entre as quais destacam: a eliminação de barreiras protecionistas que permitiram a industrialização de nossos países; a modificação das leis de investimento estrangeira; a modificação das leis laborais para assegurar uma maior exploração da força de trabalho, assim como a modificação das leis agrárias para reverter os processos de reforma agrária e privatizar o campo. Dito processo compreende, além disso, os recursos institucionais, o uso da violência contra os movimentos campestinos do continente dado o notável peso que eles têm no movimento popular e social.

A imposição do neoliberalismo e suas políticas pró-imperialistas e anti-populares foi possível, em boa medida, devido aos controles verticais e às democracias restringidas predominantes em muitos de nossos países. Neste marco, ressaltam as fraudes e mecanismos eleitorais irregulares, a extensão de práticas venais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, o controle da imprensa e os meios de comunicação na

perspectiva de limitar os alcances das transformações democráticas, manipular os anseios democratizantes da sociedade, e permitir – com relativa governabilidade – a instrumentação de seu novo esquema de dominação no que se combina o neoliberalismo com o autoritarismo político e um sistema de impunidade para o abuso e a corrupção dos governantes.

Também constituem instrumentos ao serviço do neoliberalismo, a sobrevivência das doutrinas de segurança nacional, a militarização das sociedades e o crescente papel das forças armadas e paramilitares em diversos Estados e governos latino-americanos que se apóiam em estados de exceção e de emergência e reduzem, cada vez mais, os direitos democráticos da população. Desta forma, devemos ressaltar que em diversos países se desenhou estruturas políticas nas que os que são eleitos têm sua capacidade de mandato reduzida, pois se sobrepõem instituições não eleitas às instâncias eletivas, limitando-lhes capacidade de ação para modificar as políticas neoliberais já impostas e transformar ditas realidades.

A reestruturação neoliberal implicou num processo de maior submissão dos Estados nacionais aos interesses imperialistas dos países desenvolvidos, o que se traduziu na perda de soberania, na priorização do pagamento da dívida, na concessão de grandes benefícios às transnacionais e, conseqüentemente, na eliminação de políticas de bem-estar social, na redução do lucro das maiorias trabalhadoras e na pretensão dos interesses das classes médias, dos trabalhadores e dos campesinos.

Na medida em que a política neoliberal fracassou na solução dos problemas econômicos de nossa região e não foi capaz de gerar condições de crescimento econômico e estabilidade, leva a outorgar novas concessões ao capital transnacional: maiores facilidades ao investimento estrangeiro direto, maior abertura econômica, acordos econômicos bilaterais, para estimular o fluxo de investimentos a nossos países e retomar ou impulsionar condições de crescimento que somente passam a favorecer os setores hegemônicos.

As políticas neoliberais levam nossas economias a especializar-se de novo em torno das vantagens comparativas (recursos naturais e processos produtivos baseados no uso intensivo da mão-de-obra) para encarar o processo de competência e de inserção na economia mundial. Ao centrar-se o crescimento nestes setores, acentuaram-se indefectivelmente a dependência e o atraso de nossas economias com respeito à dos países desenvolvidos. Em conseqüência, tal projeto não passa de subordinação das economias latino-americanas ao projeto de reestruturação global que comandam os países desenvolvidos e em especial os setores hegemônicos da economia norte-americana.

Neste projeto, combinam-se novos e velhos métodos de penetração e ingerência, de reestruturação hegemônica dos Estados Unidos com o continente: a "Iniciativa para as Américas", a invasión ao Panamá, para assegurar o controle do Canal e do país, o estrangulamento da Nicarágua por uma guerra imposta, o bloqueio e a ameaça contra Cuba, as intenções de mediação dos processos de solução política negociada na América Central para desmantelar os movimentos democráticos e a preparação da "guerra andina" com o pretexto do narcotráfico.

Todas são medidas para reconstruir na região a zona de dominação econômica e geopolítica dos Estados Unidos, a "fortaleza americana", amarrando os países latino-americanos a uma

nova e maior subordinação consentida por seus governos.

É indispensável pensar em nossa alternativa própria, com novas hipóteses e critérios, a fim de evitar que as relações econômicas com os países imperialistas e os mecanismos de mercado aprofundem as diferenças existentes e perpetuem o subdesenvolvimento, a dependência e a integração subordinada e passiva com os países desenvolvidos.

Diante dos enormes desafios que temos pela frente, não podemos pensar que o melhor caminho para os países da América Latina e Caribe seja o de continuar cada um por seu lado, ligados a seus próprios esforços e desatendendo nossas raízes comuns e as condições comuns que hoje vivem nossos países frente ao mundo desenvolvido. A solução de fundo às dificuldades e problemas se encontra hoje na transformação profunda de nossas sociedades e na integração política e econômica da América Latina e Caribe, que foi durante séculos incentivo nas lutas libertárias e constitui agora idéia motora para impulsionar nossa cabal emancipação frente ao processo de reestruturação do capitalismo a nível mundial para poder contribuir a forjar uma nova ordem internacional que respeite nossos valores nacionais e satisfaça as necessidades de nossos povos.

Avançar até essa meta só será possível se for estabelecido em nossos países Estados democráticos e independentes e Governos comprometidos com a transformação, sustentados em um forte apoio e uma decisiva participação de seus povos. Este tipo de respaldo só podem dar, em nossos dias, sociedades justas, democráticas e organizadas.

Em dito processo deverão ter participação fundamental os setores afetados pelo modelo neoliberal, ou seja, os trabalhadores da cidade e do campo, a pequena e média burguesia, os empresários nacionalistas, amplos setores de mulheres e jovens, as nacionalidades e etnias oprimidas, assim como os setores mais desprotegidos da sociedade.

No campo econômico, trata-se de que a organização democrática da sociedade defina as funções do mercado e a participação do Estado na vida econômica. Isso deverá ser feito em uma perspectiva anti-monopolista e de justiça social. Este será um dos conteúdos de nossas propostas democráticas na luta por ser governo e poder.

Sobre essa base se poderá alcançar e consolidar em cada um de nossos países, os objetivos e valores comuns: democracia econômica, política y social; respeito ao voto e à participação política direta e permanente do povo; pluralismo; direitos cidadãos; direitos humanos; direitos sociais; reformas estruturais e reforma agrária; organização democrática e independente do povo; proteção da natureza; respeito e promoção da identidade cultural e nacional dos povos originários de nosso continente; solidariedade social e soberania nacional.

A partir da constatação dos limites dos processos democratizadores na América Latina, os debates do Foro apontaram para a reafirmação de seu compromisso com a democracia econômica, política e social, que consideramos um valor permanente em todos os momentos de luta.

As discussões colocaram a necessidade de articular as dimensões econômica, cultural e social da democracia com sua dimensão política. Os valores de igualdade e de justiça social são

assim inseparáveis da liberdade.

Para que esta democracia possa se constituir e desenvolver, é de fundamental importância que os trabalhadores e os setores populares tenham neste processo um papel protagônico decisivo. Uma democracia, como processo aberto de criação de novos direitos incorpora necessariamente reivindicações e alternativas que são apresentadas pelo movimento de mulheres, pelos que lutam pela preservação do meio ambiente, pelos jovens, pelas nacionalidades e etnias – minorias ou não – que sofrem a opressão e discriminação em nossas sociedades.

Ao defender a democracia para a sociedade e para o Estado estamos defendendo a democracia no interior dos partidos, dos sindicatos e de todas as organizações sociais.

Neste marco, a educação política é uma necessidade no interior dos partidos, mas particularmente uma responsabilidade destes com a sociedade, o que recoloca os termos em que aquela deve conceber-se e se realizar.

Portanto, esta educação política deve contribuir à democratização de nossas sociedades e, de maneira relevante, à de nossos partidos e organizações, trazendo elementos para a geração de uma nova cultura política.

As organizações e partidos políticos que participaram no II Encontro coincidiram na necessidade de continuar discutindo a busca de políticas alternativas aos modelos neoliberais hoje predominantes em nossa região. Nesta busca nos comprometemos a empreender iniciativas políticas em conjunto com partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil de outros países e regiões do mundo a fim de lutar por uma nova ordem econômica e política baseado na justiça, a equidade e a reciprocidade.

Os participantes deste II Encontro concordamos com uma série de eventos que permitam dar continuidade ao intercâmbio de opiniões sobre a atual temática latino-americana:

1. Um seminário sobre projetos alternativos de integração latino-americana, com a participação de especialistas, sindicalistas e dirigentes políticos latino-americanos (fevereiro de 1992).
2. Realizar o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo, para continuar o intercâmbio de experiências e a discussão política e as conclusões geradas no seminário (junho de 1992).
3. Fazer um fórum sobre o diálogo Norte-Sul, a realizar-se em alguma capital européia.
4. Celebrar um fórum sobre América Latina e a nova ordem mundial, a realizar-se nos Estados Unidos.
5. Enviar delegações de destacados dirigentes políticos latino-americanos a distintos fóruns nacionais, regionais e internacionais a fim de apresentar as conclusões de nossos eventos.

6. Estimular, participar e respaldar todos os programas alternativos às comemorações oficiais do V Centenário do denominado Descobrimento da América.

O II Encontro concorda, deste modo, em formar um grupo de trabalho encarregado de consultar e promover estudos e ações unitárias em torno dos acordos do Foro, integrado pelas seguintes organizações:

Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Izquierda Unida, do Peru, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, de El Salvador, Frente Sandinista de Liberación Nacional, da Nicarágua, Partido Comunista de Cuba, Frente Ampla, do Uruguay, Partido de la Revolución Democrática, do México, Movimiento Lavalás, do Haiti, y Movimiento Bolivia Libre.

México, DF, 12-15 de junho de 1991

[http://200.155.6.3/site/temp\\_fsp/html/encontros\\_int02.asp?DescEvento=10&even=11%20Encontro%20-%20Ciudad%20do%20México%20\(México\)%20-%201991](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=10&even=11%20Encontro%20-%20Ciudad%20do%20México%20(México)%20-%201991)

## II ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) - 1991

### DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

#### Declaración de México

Del 12 al 15 de junio de 1991, tuvo lugar, en la ciudad de México, el II Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo. En esta ocasión el Foro congregó a 68 organizaciones y partidos políticos provenientes de 22 países que examinaron la situación y la perspectiva de América Latina y el Caribe frente a la reestructuración hegemónica internacional.

La ampliación del número de participantes de la región se complementó con la asistencia de 12 organizaciones y partidos políticos de Europa, Canadá y Estados Unidos. Con la organización de este foro, celebrado por invitación del Partido de la Revolución Democrática de México, se da cumplimiento y continuidad a las resoluciones emanadas del I Encuentro de Organizaciones y Partidos Políticos de Izquierda realizado el año pasado en São Paulo por iniciativa del Partido de los Trabajadores de Brasil, en el sentido de aglutinar a un mayor número de fuerzas políticas interesadas en discutir la actual problemática latinoamericana y en la búsqueda de alternativas viables para enfrentar el reto de las transformaciones que nuestras realidades plantean.

El debate realizado en este II Encuentro ha sido francop abierto, democrático, plural y unitario, con la participación de un amplio abanico de fuerzas. Unas tienen identidades nacionalistas, democráticas y populares, en tanto que varias otras llevan estos conceptos hacia identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas con las transformaciones estructurales requeridas para el cumplimiento de los objetivos de las grandes mayorías de nuestros pueblos por la justicia social, la democracia y la liberación nacional.

En el curso del II Encuentro se analizaron y discutieron los impactos económicos, políticos, sociales y culturales de la crisis, producto de la imposición de los llamados modelos neoliberales en nuestra región. Los participantes intercambiaron opiniones acerca de distintos aspectos que se desprenden de la transición democrática; la relación de la democracia con la economía y la sociedad, su vinculación con los derechos humanos, con la soberanía y con la no intervención.

El II Encuentro examinó, asimismo, las estrategias democráticas y populares en lo económico, en lo político, en lo social y en lo cultural, así como las experiencias regionales en el ámbito de la integración.



Se aprobaron también diversas resoluciones de solidaridad con las luchas de los pueblos latinoamericanos y caribeños en defensa de la soberanía y por la democracia, el bienestar social y el desarrollo económico.

En ese sentido se consideró tarea primordial de solidaridad la defensa de la soberanía de Cuba y los esfuerzos para frustrar los planes del poder imperialista estadounidense contra la Revolución Cubana. Se destacó la necesidad de defender las conquistas de la Revolución Sandinista amenazadas después de la derrota electoral del FSLN, de apoyar los significativos avances democráticos del pueblo haitiano encarnadas en el gobierno del padre Aristide, de solidarizarse con la lucha del FMLN y demás fuerzas progresistas de El Salvador en la búsqueda de una sólida política negociada que erradique las causas de la guerra, de apoyar la lucha de la URNG de Guatemala y su propuesta de una solución política al conflicto armado sobre bases justas, de respaldar la lucha por la salida de las tropas yanquis de Panamá, de asumir la lucha anticolonial de los puertorriqueños y de los demás pueblos de las colonias del Caribe, de rechazar la intervención militar que bajo el pretexto de la "guerra andina contra el narcotráfico" los EE.UU. practican en Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia y de condenar los fraudes electorales y todas las modalidades de represión.

Asimismo, el II Encuentro expresó su apoyo a la reivindicación de Argentina sobre las Islas Malvinas; su respaldo a la independencia de Martinica y Guadalupe, su adhesión a la campaña de solidaridad contra el cólera en el Ecuador denominada "un barco por la vida" y su rechazo a todas las medidas de impunidad en América Latina frente a los crímenes del militarismo y a las violaciones de los derechos humanos en nuestro continente, en particular, las relacionadas con los desaparecidos, así como, al proceso de cambios y negociación política en Colombia.

La década de los 80, la llamada década perdida para América Latina, fueron años de crisis y reestructuración global de la economía internacional, de las relaciones entre las naciones y de las economías, así como de las relaciones políticas y sociales dentro de cada país.

En esta década se produce el derrumbe de los modelos autoritarios del "socialismo real". En América Latina desaparecieron dictaduras militares en muchos países. En éstos y en otros se abrieron nuevos espacios de participación política, muchas veces en democracias restringidas, permitiendo la gestación, en medio de la crisis, de nuevos movimientos sociales de amplia expresión popular, luchando por reivindicaciones económicas y sociales y por la democracia.

Es en el marco de este proceso que surgen, en algunos países del continente, importantes partidos populares, así como se fortalecen y adquieren mayor arraigo social muchas

organizaciones que desarrollaban sus luchas desde décadas precedentes. El avance de estas fuerzas se expresó, en algunos países de América Latina, en la conquista de gobiernos locales, regionales y nacionales.

Globalmente, las fuerzas y movimientos populares, reivindicando o no el socialismo en sus programas, impulsaron en su interior significativos procesos de renovación política y orgánica – que deberán ser impulsados – en creciente articulación con las luchas sociales.

Expresión de este proceso de renovación es el creciente esfuerzo de unidad, la crítica de concepciones dogmáticas y burocráticas y el combate al sectarismo.

La profunda reflexión que hacen las izquierdas y todas las fuerzas democráticas latinoamericanas, plantea la necesidad de ofrecer a la sociedad alternativas concretas en la perspectiva de las clases trabajadoras, las fuerzas democráticas y los intereses nacionales, superando así la simple crítica del sistema capitalista.

Las políticas recesivas de inspiración neoliberal profundizan la crisis política y social de nuestra región causada por el capitalismo dependiente. Dichas políticas van encaminadas a asegurar la transferencia de recursos que la región realiza para cubrir la carga del servicio de la deuda externa. En aras de cumplir con el capital financiero internacional, los gobiernos latinoamericanos agudizan la descapitalización de nuestras economías y los niveles de explotación y miseria de las mayorías. Asimismo, dicha política privilegia los mecanismos del mercado, aparentemente libre, para enfrentar los problemas económicos y la regulación y reestructuración de nuestras economías, favoreciendo a las grandes empresas transnacionales y nacionales que la controlan, en detrimento de los intereses nacionales y populares.

La estrategia predominante se caracteriza por la reestructuración y la reducción del papel del Estado en la economía, sin plantear su necesaria transformación en función de los objetivos nacionales, democráticos, económicos y sociales de las mayorías. Promueve la privatización y acentúa la centralización del capital y el predominio de las fuerzas transnacionales en la economía, instaurando una indiscriminada apertura externa y mayores niveles de explotación y opresión de la fuerza de trabajo con la reducción de los sueldos y salarios reales, la desprotección en las condiciones laborales y el recorte de los derechos sindicales.

Mientras la participación del Estado fue funcional a las necesidades de acumulación del capital, no fue cuestionada su participación. Hoy en día, ante la necesidad de ampliar la frontera de inversión del capital nacional e internacional, se culpa al Estado de la crisis económica de nuestros países, así como de supuestas "prácticas socializantes" en la economía, por lo que se plantea su reducción o su adelgazamiento para así apropiarse de las empresas estratégicas y prioritarias de alta rentabilidad que el Estado controlaba. Tal

situación de privatización relega los principios de soberanía y el cumplimiento de los objetivos nacionales en torno a crecimientos económicos más equilibrados y sostenidos, ya que pasa a predominar el objetivo exclusivo de la alta rentabilidad. Ello lleva a acentuar los problemas existentes con la resultante vulnerabilidad de nuestras economías a los factores externos (mayor inversión extranjera directa, mayores créditos) para el financiamiento de los desequilibrios generados.

Para ello se ha promovido la transformación del aparato jurídico-institucional que rige las relaciones internacionales, entre las cuales destacan: la eliminación de barreras proteccionistas que permitieron la industrialización de nuestros países; la modificación de las leyes de inversión extranjera; la modificación de las leyes laborales para asegurar una mayor explotación de la fuerza de trabajo, así como la modificación de las leyes agrarias para revertir los procesos de reforma agraria y privatizar el campo. Dicho proceso comprende, además de los recursos institucionales, el uso de la violencia contra los movimientos campesinos del continente dado el notable peso que ellos tienen en el movimiento popular y social.

La imposición del neoliberalismo y sus políticas proimperialistas y antipopulares ha sido posible, en buena medida, debido a los controles verticales y a las democracias restringidas predominantes en muchos de nuestros países. En este marco resaltan los fraudes y mecanismos electorales irregulares, la extensión de prácticas venales y corruptas, la represión a los sindicatos y organizaciones sociales independientes, el control de la prensa y los medios de comunicación en la perspectiva de limitar los alcances de las transformaciones democráticas, manipular los anhelos democratizadores de la sociedad, y permitir – con relativa gobernabilidad – la instrumentación de su nuevo esquema de dominación en el que se combina el neoliberalismo con el autoritarismo político y un sistema de impunidad para el abuso y la corrupción de los gobernantes.

También constituyen instrumentos al servicio del neoliberalismo, la supervivencia de las doctrinas de seguridad nacional, la militarización de las sociedades y el creciente rol de las fuerzas armadas y paramilitares en diversos Estados y gobiernos latinoamericanos que se apoyan en estados de excepción y de emergencia y recortan, cada vez más, los derechos democráticos de la población. Asimismo debemos resaltar que en diversos países se han diseñado estructuras políticas en las que los que son electos tienen su capacidad de mandato recortada, pues se superponen instituciones no elegidas a las instancias electivas, limitándoles capacidad de acción para modificar las políticas neoliberales ya impuestas y transformar dichas realidades.

La reestructuración neoliberal ha implicado un proceso de mayor submisión de los Estados nacionales a los intereses imperialistas de los países desarrollados, lo que se ha traducido en la pérdida de soberanía, en la priorización al pago de la deuda, en la concesión de

grandes beneficios a las transnacionales y, consiguientemente en la eliminación de políticas de bienestar social, en la reducción del ingreso de las mayorías trabajadoras y en la afectación de los intereses de las clases medias, de los obreros y de los campesinos.

En la medida en que la política neoliberal ha fracasado en la solución de los problemas económicos de nuestra región y no ha sido capaz de generar condiciones de crecimiento económico y estabilidad, lleva a otorgar nuevas concesiones al capital transnacional: mayores facilidades a la inversión extranjera directa, mayor apertura económica, acuerdos económicos bilaterales, para estimular el flujo de inversiones a nuestros países y retomar o impulsar condiciones de crecimiento que solamente pasan a favorecer a los sectores hegemónicos.

Las políticas neoliberales llevan a nuestras economías a especializarse de nuevo en torno a las ventajas comparativas (recursos naturales y procesos productivos basados en el uso intensivo de la mano de obra) para encarar el proceso de competencia y de inserción en la economía mundial. Al centrarse el crecimiento en estos sectores, se acentuarán indefectiblemente la dependencia y el atraso de nuestras economías respecto a la de los países desarrollados. En consecuencia, tal proyecto no es sino la subordinación de las economías latinoamericanas al proyecto de reestructuración global que comandan los países desarrollados y en especial los sectores hegemónicos de la economía norteamericana.

En este proyecto se combinan nuevos y viejos métodos de penetración e injerencia, de reestructuración hegemónica de Estados Unidos con el continente: la "Iniciativa para las Américas", la invasión a Panamá para asegurar el control del Canal y del país, el estrangulamiento de Nicaragua por una guerra impuesta, el bloqueo y la amenaza contra Cuba, los intentos de mediatización de los procesos de solución política negociada en Centroamérica para dismantelar los movimientos democráticos y la preparación de la "guerra andina" con el pretexto del narcotráfico.

Todas son medidas para reconstruir en la región la zona de dominación económica y geopolítica de Estados Unidos, la "fortaleza americana", amarrando a los países latinoamericanos a una nueva y mayor subordinación consentida por sus gobiernos.

Es indispensable pensar en nuestra alternativa propia, con nuevos supuestos y criterios, a fin de evitar que las relaciones económicas con los países imperialistas y los mecanismos del mercado profundicen las diferencias existentes y perpetúen el subdesarrollo, la dependencia y la integración subordinada y pasiva con los países desarrollados.

Ante los enormes desafíos que tenemos por delante no podemos pensar que el mejor camino para los países de América Latina y el Caribe sea el de continuar cada uno por su lado, ateniéndose a sus propios esfuerzos y desatendiendo nuestras raíces comunes y las

condiciones comunes que hoy viven nuestros países frente al mundo desarrollado. La solución de fondo a las dificultades y problemas se encuentra hoy en la transformación profunda de nuestras sociedades y en la integración política y económica de América Latina y del Caribe que ha sido durante siglos incentivo en las luchas libertarias y constituye ahora idea motora para impulsar nuestra cabal emancipación frente al proceso de reestructuración del capitalismo a nivel mundial para poder contribuir a forjar un nuevo orden internacional que respete nuestros valores nacionales y satisfaga las necesidades de nuestros pueblos.

Avanzar hacia esa meta solo será posible si se establecen en nuestros países Estados democráticos e independientes y Gobiernos comprometidos con la transformación, sustentados en un fuerte apoyo y una decisiva participación de sus pueblos. Este tipo de respaldo sólo pueden darlo, en nuestros días, sociedades justas, democráticas y organizadas.

En dicho proceso deberán tener participación fundamental los sectores afectados por el modelo neoliberal, es decir, los trabajadores de la ciudad y del campo, la pequeña y mediana burguesía, los empresarios nacionalistas, amplios sectores de mujeres y jóvenes, las nacionalidades y etnias oprimidas, al igual que los sectores más desprotegidos de la sociedad.

En el campo económico, se trata de que la organización democrática de la sociedad defina las funciones del mercado y la participación del Estado en la vida económica. Ello deberá hacerse en una perspectiva antimonopólica y de justicia social. Este será uno de los contenidos de nuestras propuestas democráticas en la lucha por ser gobierno y poder.

Sobre esa base se podrán alcanzar y consolidar en cada uno de nuestros países, los objetivos y valores comunes: democracia económica, política y social; respeto al voto y a la participación política directa y permanente del pueblo; pluralismo; derechos ciudadanos; derechos humanos; derechos sociales; reformas estructurales y reforma agraria; organización democrática e independiente del pueblo; protección de la naturaleza; respeto y promoción de la identidad cultural y nacional de los pueblos originarios de nuestro continente; solidaridad social y soberanía nacional.

A partir de la constatación de los límites de los procesos democratizadores en América Latina, los debates del foro apuntaron hacia la reafirmación de su compromiso con la democracia económica, política y social, que consideramos un valor permanente en todos los momentos de lucha.

Las discusiones plantearon la necesidad de articular las dimensiones económica, cultural y social de la democracia con su dimensión política. Los valores de igualdad y de justicia

social son así inseparables de la libertad.

Para que esta democracia pueda constituirse y desarrollarse, es de fundamental importancia que los trabajadores y los sectores populares tengan en este proceso un rol protagónico decisivo. Una democracia, como proceso abierto de creación de nuevos derechos incorpora necesariamente reivindicaciones y alternativas que son presentadas por el movimiento de mujeres, por los que luchan por la preservación del medio ambiente, por los jóvenes, por las nacionalidades y etnias – minorías o no – que sufren la opresión y discriminación en nuestras sociedades.

Al defender a la democracia para la sociedad y para el Estado estamos a la vez defendiendo a la democracia en el interior de los partidos, de los sindicatos y de todas las organizaciones sociales.

En este marco, la educación política es una necesidad al interior de los partidos, pero particularmente una responsabilidad ineludible de éstos con la sociedad, lo que replantea los términos en que aquella debe concebirse y realizarse.

Por lo tanto, esta educación política debe contribuir a la democratización de nuestras sociedades, y de manera relevante a la de nuestros partidos y organizaciones, aportando elementos para la generación de una nueva cultura política.

Las organizaciones y partidos políticos que participaron en el II Encuentro han coincidido en la necesidad de continuar discutiendo la búsqueda de políticas alternativas a los modelos neoliberales hoy predominantes en nuestra región. En esta búsqueda nos comprometemos a emprender iniciativas políticas conjuntamente con partidos, sindicatos y organizaciones de la sociedad civil de otros países y regiones del mundo a fin de luchar por un nuevo orden económico y político basado en la justicia, la equidad y la reciprocidad.

Los participantes en este II Encuentro, hemos acordado una serie de eventos que permitan darle continuidad al intercambio de opiniones sobre la actual temática latinoamericana:

- 1.- Un seminario sobre proyectos alternativos de integración latinoamericana, con la participación de especialistas, sindicalistas y dirigentes políticos latinoamericanos (febrero de 1992).
- 2.- Realizar el III Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo, para continuar el intercambio de experiencias y la discusión política y las conclusiones generadas en el seminario (junio de 1992).

- 3.- Efectuar un foro sobre el diálogo Norte-Sur, a realizarse en alguna capital europea.
- 4.- Celebrar un foro sobre América Latina y el nuevo orden mundial a realizarse en Estados Unidos.
- 5.- Enviar delegaciones de destacados dirigentes políticos latinoamericanos a distintos foros nacionales, regionales e internacionales a fin de presentar las conclusiones de nuestros eventos.
- 6.- Estimular, participar y respaldar todos los programas alternativos a las conmemoraciones oficiales del V Centenario del denominado Descubrimiento de América.

El II Encuentro acuerda, asimismo, formar un grupo de trabajo encargado de consultar y promover estudios y acciones unitarias alrededor de los acuerdos del Foro, integrado por las siguientes organizaciones:

Partido de los Trabajadores del Brasil, Izquierda Unida del Perú, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional de El Salvador, Frente Sandinista Nacional de Nicaragua, Partido Comunista de Cuba, Frente Amplio del Uruguay, Partido de la Revolución Democrática de México, Movimiento Lavalás de Haití y Movimiento Bolivia Libre.

México - DF, 12-15 de Junio 1991.